

Artigo

As múltiplas barreiras de gênero enfrentadas por mulheres na política

Manoel Bastos Gomes Neto ¹Carolina Maria Mota Santos ¹Antônio Carvalho Neto ¹Rebeca da Rocha Grangeiro ²

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) / Programa de Pós-Graduação em Administração, Belo Horizonte – MG, Brasil

² Université Paris Nanterre / Laboratoire Parisien de Psychologie Sociale, Paris – France

Este estudo tem como objetivo analisar as barreiras de gênero para a participação feminina na política brasileira. A coleta se deu por meio de entrevistas semiestruturadas com 22 mulheres do Sudeste e 18 do Nordeste que atuam no ambiente político. Os diálogos foram analisados pelo método de Gioia, e os resultados evidenciam que elas deparam com barreiras psicossociais, culturais e partidárias, reforçando como as políticas de gênero ainda são insuficientes, de modo a dificultar que mulheres se insiram, permaneçam e atraiam outras para a carreira política. Além disso, esta pesquisa apresenta contribuições ao campo teórico e prático sobre a temática das mulheres na política, auxiliando na compreensão sobre os desafios enfrentados no contexto brasileiro e evidenciando como as experiências de violências resultam numa resistência à inserção política e no adoecimento físico e mental.

Palavras-chave: mulheres na política; barreiras de gênero; violência política.

Las múltiples barreras de género que enfrentan las mujeres en la política

Este estudio tiene como objetivo analizar las barreras de género para la participación femenina en la política brasileña. La recolección de datos se realizó mediante entrevistas semiestructuradas con 22 mujeres del Sureste y 18 del Nordeste que actúan en el ámbito político. Los diálogos fueron analizados utilizando el método de Gioia, y los resultados evidencian que ellas enfrentan barreras psicosociales, culturales y partidarias, destacando cómo las políticas de género siguen siendo insuficientes, dificultando que las mujeres ingresen, permanezcan y atraigan a otras a la carrera política. Además, esta investigación aporta contribuciones al campo teórico y práctico sobre el tema de las mujeres en la política, ayudando a comprender los desafíos enfrentados en el contexto brasileño y evidenciando cómo las experiencias de violencia generan una resistencia a la inserción política y problemas de salud física y mental.

Palabras clave: mujeres en la política; barreras de género; violencia política.

DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220240124>

ISSN: 1982-3134 

Artigo submetido em 19 de abril de 2024 e aceito para publicação em 25 de outubro de 2024.

Editora-chefe:

Alketa Peci (Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro / RJ – Brasil) 

Editora adjunta:

Gabriela Spanghero Lotta (Fundação Getulio Vargas, São Paulo / SP – Brasil) 

Pareceristas:

Beatriz Molari (Universidade Estadual de Londrina, Londrina / PR – Brasil) 

Débora Thomé Costa (Universidade Federal Fluminense, Niterói / RJ – Brasil) 

Um dos pareceristas não autorizou a divulgação de sua identidade.

The multiple gender barriers faced by women in politics

This study aims to analyze the gender barriers to female participation in Brazilian politics. Data collection was carried out through semi-structured interviews with 22 women from the Southeast and 18 from the Northeast who work in the political arena. The dialogues were analyzed using Gioia's method, and the results show that women face psychosocial, cultural, and party-related barriers, highlighting how gender policies remain insufficient, making it difficult for women to enter, stay, and attract others to a political career. Additionally, this research contributes to the theoretical and practical fields regarding women in politics, helping to understand the challenges faced in the Brazilian context and emphasizing how experiences of violence lead to resistance to political engagement and physical and mental health issues.

Keywords: women in politics; gender barriers; political violence.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, embora as mulheres tenham conquistado maior participação no mercado de trabalho (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2022) e apresentem níveis educacionais mais elevados que os homens (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 2022), elas continuam a ter menos oportunidades de crescimento em diferentes setores da economia. Em especial no contexto político, ainda que elas representem mais da metade do eleitorado nacional, as cadeiras decisórias são ocupadas majoritariamente por homens, ao passo que as mulheres continuam sub-representadas em todas as esferas políticas (Novellino & Toledo, 2018; Pinho, 2020).

Dados oficiais apresentados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2024, apontam que apenas 33% dos candidatos a cargos eletivos são mulheres. Essa desigualdade ficou mais acentuada após as eleições, quando elas não ultrapassaram a média de 18% nas cadeiras da Câmara e do Senado e 17% do percentual de deputados eleitos (Siqueira, 2022). Conforme o Inter-Parliamentary Union, das Organizações das Nações Unidas (2023), o Brasil ocupa a 129ª posição no que diz respeito à representação feminina em parlamentos, ficando atrás de vários países com menores índices de desenvolvimento.

Após quase três décadas de implementação do regime de cotas e outras medidas de incentivo à atuação feminina na política — por exemplo, programa de capacitação, provisão de incentivos financeiros e reserva de tempo para divulgação —, ainda há resistência e uma forte dificuldade para alcançar a igualdade de gênero (Araújo 2010b; Costa & Navas, 2017; Wylie & Santos, 2016). A avaliação do número de mulheres eleitas revela resultados baixos, sem mudanças significativas nas estruturas do sistema político (Araújo, 2010b; Novellino & Toledo, 2018). Além disso, há um aumento na frequência de candidatas “laranja” pelos partidos, que buscam apenas burlar o cumprimento às normas de cotas ou garantir os interesses dos candidatos homens (Wylie et al., 2019).

Há também um aumento da percepção de violência política contra elas no sistema nacional, assim como o fortalecimento de posicionamentos conservadores que se opõem ao sistema mais inclusivo e menos discriminatório (Fernandes et al., 2021; Sanín, 2022). De acordo com os relatórios do Observatório da Violência Política e Eleitoral (OVPE), em 2022 e 2023, 177 mulheres contabilizaram casos de violência política, considerando agressões, ameaças, atentados, homicídios e sequestros.

É importante destacar atos de violência que desacreditizam, desrespeitam, desestimulam e negam explicitamente a existência de mulheres nos espaços políticos pelo simples fato de serem mulheres (Biroli, 2016; Fernandes et al., 2021; Krook & Sanín, 2016). Diante desse contexto de desigualdade e do aumento da percepção de violência política contra elas, esta pesquisa visa analisar os desafios de gênero no exercício da participação feminina na política brasileira.

Este trabalho se justifica por sua relevância sociopolítica, uma vez que estimula uma reflexão sobre o campo político como espaço de atuação feminina, ao mesmo tempo que contextualiza e questiona como variáveis psicossociais, culturais e institucionais impactam na atuação e na permanência das mulheres na arena política. Assim, este artigo lança luz sobre uma temática ainda limitada na literatura, com potencial de contribuir para a prática das mulheres e dos partidos políticos nacionais.

2. BARREIRAS DE GÊNERO: A LUTA DAS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA

O caminho percorrido pelas mulheres para atuação na política brasileira é resultado de uma luta que se iniciou no século XIX (Campos, 2019). Apenas em 1932, no governo de Getúlio Vargas, é que foi aprovado o decreto que definia cidadãos eleitores sem distinção de sexo e a legalização do sufrágio feminino, consolidado na constituição de 1934 (Bester, 2016). Foram necessários exatamente 60 anos para que, em 1994, fosse eleita a primeira governadora do país, no estado do Maranhão. Depois, em 2010, foi eleita a primeira mulher a presidir o Brasil: Dilma Rousseff (Nogueira, 2015).

Conquanto esses marcos representem conquistas das lutas do movimento feminista, o Brasil ainda está longe de alcançar uma equidade de gênero nas cadeiras ocupadas pelos parlamentos dos estados (Campos, 2019). Quase um século depois de as mulheres serem constitucionalmente aceitas para compor o quadro político, à base de lutas feministas e políticas de gênero, em termos de alterações nas candidaturas, o balanço é parcialmente positivo. Contudo, avaliando o número de mulheres eleitas, os resultados são ineficientes, e elas continuam sub-representadas em todas as esferas políticas (Novellino & Toledo, 2018). Por exemplo, em 2018, apenas 77 foram eleitas para o cargo de deputadas federais, representando 15% do total (Marques et al., 2021).

Além disso, os estudos destacam diversas evidências externas — psicossociais, culturais e estruturais — que influenciam diretamente a trajetória política das mulheres. A violência contra elas na política é cometida tanto durante as campanhas eleitorais quanto depois, quando assumem os cargos (Krook & Sanín, 2016). Assim, Sousa (2018) reforça que a luta pela paridade de gênero ocorre dentro e fora do Parlamento, haja vista que, para elas, não basta serem eleitas; precisam se engajar constantemente para serem ouvidas, respeitadas, e alcançar os mesmos direitos que seus colegas do sexo masculino.

As barreiras de gênero na política surgem de várias fontes, como a sociedade, a família e os amigos, que não incentivam, inibem e descredibilizam, de forma direta ou indireta, as ideias de ingressar no campo político (Krook & Sanín, 2016). Como exemplo, podemos citar líderes comunitários ou religiosos. Nesse aspecto, Araújo (2010b) salienta que os pastores evangélicos têm aumentado sua candidatura política, mas a maioria das igrejas ainda não aceita mulheres como líderes. A dissuasão vem também de colegas de partidos e da própria estrutura do sistema eleitoral de representação proporcional de lista aberta, somados ao sistema de financiamento das campanhas (Sacchet, 2016).

No aspecto psicossocial, uma das explicações para a sub-representação numérica das mulheres no contexto político é a construção social que determina que homens e mulheres são naturalmente diferentes e, portanto, devem executar atividades específicas de acordo com seu gênero (Anzia & Bernhard, 2022; Fernandes et al., 2021; Matos, 2020; Sanchez, 2017). Desde a infância, as mulheres são estimuladas a atividades domésticas e cuidado da família, enquanto os homens são direcionados a espaços públicos e posições de maior prestígio social (Sousa & Guedes, 2016).

Nessa lógica, elas continuam associadas a uma posição de subalternidade e servidão aos homens, tendo seu lugar de permanência restrito à casa e à maternidade, enquanto aos homens cabe a posição de provedores (Connel & Pearse, 2015). Segundo Araújo e Borges (2013), o contexto familiar opera, simultaneamente, como estímulo e contenção de ingresso, tendo pesos diferentes de acordo com o gênero, o qual favorece os homens e desfavorece as mulheres no cenário político, sendo a própria família um dos principais agentes da resistência às candidaturas femininas.

As mulheres que não se limitam à divisão sexual dos espaços construída pela sociedade e atuam profissionalmente na política podem ser vistas como penetras (Miguel & Feitosa, 2009) e não ser bem-vindas nesses espaços (Sanchez, 2017); deparar com uma dupla jornada de trabalho, em que são cobradas a desempenhar com eficiência os múltiplos papéis na esfera pública e em suas vidas cotidianas (Fernandes & Lourenço, 2023); e vivenciar uma incongruência diante do desencontro das expectativas baseadas no gênero e nas atividades desempenhadas (Eagly & Karau, 2002).

No âmbito cultural, dois aspectos principais fortalecem a cultura política como um espaço pouco receptivo para as mulheres. O primeiro deles é que o mundo político é dominado por homens que não valorizam e apoiam suficientemente as habilidades das mulheres. Esse comportamento se dá porque esses espaços são ocupados e liderados tradicionalmente por homens, que percebem o aumento da ocupação feminina como ameaça (Allen & Cutts 2018; Campos, 2019). O segundo é a influência da mídia na cultura política, a qual geralmente se utiliza de mecanismos para expor as mulheres de maneira mais negativa (Hall & Donaghue, 2013; Miguel & Biroli, 2010b).

Hoje, além dos tradicionais veículos de comunicação — televisão, jornal e rádio —, as mulheres precisaram lidar com preconceitos, assédios, comentários sexuais, ameaças e outras questões negativas providas das mais variadas mídias sociais. Fernandes et al. (2021) reforçam que candidatas brasileiras sofrem ataques de ódio, agressões, e são alvos de *fake news* por parte da sociedade e de colegas políticos, por acreditarem que elas violam os comportamentos considerados aceitáveis na lógica dominante de gênero.

As barreiras estruturais são vistas a partir das estratégias dos partidos e da própria formação do sistema partidário, os quais operam de modo direto e indireto na exclusão de candidatas em benefícios dos homens (Alves et al., 2023; Sacchet, 2018). Peixoto et al. (2016) ressaltam alguns problemas que as mulheres brasileiras enfrentam com os partidos: dificuldade no registro da candidatura e vínculo; obstáculos na composição das estratégias utilizadas na campanha; desafios e falta de transparência no processo de divisão e destinação dos recursos partidários, visando favorecer a reeleição de candidatos que tenham mais influência nos governos e/ou cúpulas partidárias; problemas no acesso aos recursos financeiros de doadores.

Outros estudos evidenciam que as candidatas recebem baixo ou nenhum recurso dos partidos (Campos, 2019; Teixeira & Mota-Santos, 2023) e que os candidatos despendem aproximadamente duas vezes mais recursos dos partidos do que elas (Peixoto et al., 2016). Pesquisas apontam que os partidos tendem a alocar as parlamentares em comissões de menor prestígio (Sanchez, 2017), muitas vezes usadas para atuar como “puxadoras de voto” (Pereira & Gelape, 2015), e que dificilmente são direcionadas a cargos de destaque ou para presidir as comissões das bancas, o que, quando ocorre, é em situações mais desafiadoras (Yang et al., 2022).

Dessa forma, mesmo diante de todas as dificuldades, as poucas mulheres que alcançam cargos políticos devem lutar por posições de destaque que impliquem diretamente uma ruptura dos padrões (Miguel & Biroli, 2010) e mudanças significativas no sistema político brasileiro e nas estruturas dos

partidos (Sacchet, 2018). As exclusões, as barreiras e a violência de gênero impedem o desenvolvimento, a consolidação e o florescimento da democracia, além de comprometer as relações de justiça, transparência e confiança no contexto político (Bardall et al., 2020; Miguel & Biroli, 2010). Nessa perspectiva, Waylen (2014) destaca que as mudanças institucionais melhoram quando as dinâmicas de gênero são incorporadas de forma eficiente nos aspectos formais, como leis, normas e regras, e informais, como interações entre os indivíduos.

3. MÉTODO

O presente estudo é de natureza qualitativa, permitindo uma aproximação maior com o problema analisado e uma visualização melhor das faces ainda ocultas na realidade de determinado fenômeno (Gil, 2002). A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas, um instrumento que permite avançar no campo da investigação diante de maior liberdade e espontaneidade dos participantes no momento da coleta (Triviños, 1987).

Este estudo faz parte de um trabalho maior que tinha como um dos objetivos específicos analisar os desafios de gênero no exercício da participação feminina na política brasileira. Nesta pesquisa, foram utilizadas as perguntas do primeiro bloco de questões referentes a informações pessoais, trajetórias profissionais e motivações para atuar no campo político. Além disso, as perguntas do segundo bloco investigavam as experiências, as relações, a atuação e os desafios para atuar num ambiente tradicionalmente masculino; elas foram elaboradas com base teórica nos estudos sobre atuação feminina e barreiras de gênero na política (Fernandes et al., 2021; Miguel & Biroli, 2010a; Nogueira, 2015; Peixoto et al., 2016; Sanchez, 2017).

A pesquisa foi realizada com mulheres do Sudeste e do Nordeste brasileiros. O critério de inclusão dessas duas macrorregiões se deu por dois motivos: por representarem, respectivamente, as regiões com menores e maiores percentuais de atuação feminina à frente dos cargos políticos municipais, de acordo com o Observatório de Informações Municipais (Bremaeker, 2021), e pela acessibilidade e rede de contatos dos pesquisadores.

Todas as entrevistadas aceitaram participar e concordaram que o conteúdo coletado seria usado para fins acadêmicos. No momento da entrevista, era apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando o cumprimento dos critérios éticos de pesquisas em ciências sociais aplicadas e o sigilo de cada participante. Em seguida, era solicitado que confirmassem o aceite e a liberação da gravação da entrevista.

A coleta foi realizada de modo remoto, pela plataforma de videoconferência Google Meet. A escolha por esse modelo ocorreu pela facilidade em expandir o recorte territorial das participantes investigadas, além de reduzir custos e tempo de pesquisa para os pesquisadores. Elas foram contatadas por e-mail disponibilizado nos sites institucionais e por redes sociais como WhatsApp e Instagram), no qual foi apresentado o objetivo da pesquisa e questionado o interesse em participar do estudo.

Ao total, foram contatadas 390 mulheres que atuavam em cargos políticos, sendo que 77 retornaram o convite realizado, 14 mulheres recusaram de forma imediata, sob justificativa de indisponibilidade na agenda e 63 aceitaram, mas 23 destas não compareceram no momento da entrevista e recusaram posteriormente. O estudo foi realizado com uma amostra de 40 mulheres: 22 do Sudeste e 18 do Nordeste. Dessas, 35 são vereadoras, uma é deputada estadual e quatro são secretárias de departamentos estaduais.

As entrevistas ocorreram entre fevereiro e maio de 2023, com uma média de 42 minutos de duração. Em janeiro, foram feitas duas entrevistas pré-teste com duas vereadoras do Ceará. A decisão de encerrar a coleta com 40 participantes se deu pela saturação de coleta de pontos de vistas e enfoques sobre o fenômeno estudado, como sugerindo por Gaskell (2003).

As participantes foram categorizadas de acordo com a região (SU = Sudeste e NO = Nordeste) e na ordem em que as entrevistas se deram: 01 até 22. Todas são mulheres maiores de 18 anos, com uma idade média de 42, que atuam no campo político nas esferas Executiva e Legislativa, sendo 18 do Nordeste — duas de Alagoas (5%), três da Bahia (7,5%), três do Ceará (7,5%), uma do Maranhão (2,5%), uma da Paraíba (2,5%), três de Pernambuco (7,5%), uma do Piauí (2,5%), duas do Rio Grande do Norte (5%) e duas de Sergipe (5%) — e 22 do Sudeste — duas do Espírito Santos (5%), seis de Minas Gerias (15%), duas do Rio de Janeiro (5%) e doze de São Paulo (30%). O tempo de atuação nos espaços políticos sociais e institucionais varia de 2 a 50 anos.

Quanto ao nível de escolaridade, três têm nível superior incompleto, vinte têm nível superior completo, quatro têm pós-graduação *lato sensu*, doze têm mestrado e uma está cursando o mestrado. Além disso, catorze são solteiras, vinte são casadas ou têm união estável e seis são divorciadas ou viúvas. De igual modo, vinte e uma não têm filhos e dezenove têm entre um e quatro. Ademais, dezessete se autodeclararam brancas; oito, pardas; catorze, pretas; e uma preferiu não informar.

As entrevistas foram cuidadosamente transcritas, resultando num material de 224 páginas. Elas foram categorizadas com auxílio do Atlas.ti e analisadas pelo método de Gioia, o qual permite combinar técnicas indutiva, qualitativa e interpretativa (Corley & Gioia, 2004). No primeiro momento, com base nas anotações de campo organizadas e na leitura completa das transcrições, procedeu-se ao processo de codificação. Nessa etapa inicial, os dados são apresentados fielmente nos termos dos informantes, não sendo separados em categorias (Gioia et al., 2013).

Em seguida, deu-se início à fase de exploração mais abstrata dos dados e da análise de segunda ordem das declarações. Essa etapa ocorre a partir de um processo iterativo entre dados e teoria, analisando divergências e semelhanças nas declarações emergentes e na literatura, a fim de identificar conceitos e teorias úteis que ajudem a entender os dados e responder à pergunta norteadora do estudo (Gioia et al., 2013).

Por fim, os códigos de segunda ordem (temáticas) das entrevistas foram cruzados com a literatura pertinente, possibilitando a análise e a construção das dimensões agregadas. Conforme recomendado por Gioia et al. (2013), nessa etapa, o pesquisador deve analisar se os temas emergentes apontam para conceitos teóricos que possam ajudar a descrever ou explicar os fenômenos em estudo, fornecendo uma representação sistêmica do processo de análise dos dados brutos para temas e dimensões agregadas.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentadas as violências psicossociais, culturais, e as barreiras partidárias experienciadas por mulheres no ambiente político. Em seguida, explanam-se as consequências desses impasses de gênero na atuação delas na arena política.

4.1. Violências psicossociais e culturais

4.1.1. *Intrusão na vida pessoal e imposição de padrões estéticos*

As participantes mencionam cobranças mais intensas referentes a aspectos profissionais, relacionamentos sociais e padrões estéticos. A cobrança profissional pode ser observada nas falas de SU.05 (34 anos, mineira, branca) e SU.12 (59 anos, mineira, parda): “Nós, mulheres, somos cobradas muito mais do que os homens. Um deslize nosso é totalmente julgado de uma forma muito maior do que um deslize masculino, né?. Então, a gente tem que estar muito preparada” (SU.05). “Vejo que sempre nos é exigida competência tripla, mil vezes mais que aos homens” (SU.12). Essa alta cobrança reflete na necessidade de as candidatas estarem num processo de desenvolvimento pessoal e apresentarem níveis educacionais mais altos que os candidatos homens (Novellino & Toledo, 2018).

Por sua vez, NO.08 (24 anos, alagoana, branca) expõe a cobrança em relação à sua vida pessoal: “Meu relacionamento pessoal é algo questionado e falado. [...] Eu imaginava a exposição, mas não imaginavaque seria tão grande”. NO.16 (60 anos, cearense, branca) conta que as mulheres que atuam na política sofrem julgamentos quando estão em momentos de lazer: “Homens, muitas vezes, são vistos em situações de lazer, bebendo, dançando, e isso não é problema. O momento, inclusive, é louvado por isso, né?. Quando se vê uma mulher, os julgamentos sobre os comportamentos são muito mais pesados”.

Essas cobranças podem ser explicadas pelos padrões sociais e pela dinâmica institucional da política, predominantemente patriarcal, que determinam que as mulheres devem ser estimuladas a atividades internas do lar e os homens, a atividades externas (Sousa & Guedes, 2016). Essa divisão baseada no sexo reforça a ideia do espaço político como um negócio de homens, ao mesmo tempo que estimula a noção de que, naturalmente, mulheres não são interessadas ou não apresentam competências suficientes para decisões políticas, intensificando julgamentos e cobranças.

Araújo (2010a) explica que os questionamentos podem ser intensificados pela exigência de as mulheres desempenharem com eficiência os múltiplos papéis na esfera pública e em suas vidas cotidianas. Assim, as que atuam no ambiente público são cobradas de forma mais intensa pela relação com filhos, companheiros e atividades profissionais realizadas fora do lar, enquanto são julgadas por estarem num espaço que muitos ainda acreditam não ser delas (Miguel & Biroli, 2015). Esses dados vão ao encontro das pesquisas que exploram os desafios de mulheres em outros campos majoritariamente masculinos, como as executivas da área de tecnologia (Mota-Santos et al., 2014; Grangeiro & Gomes, 2023), entre outras.

A pressão para atender a um padrão estético também aparece nas falas das convidadas. SU.01 (32 anos, capixaba, parda) diz que, para as mulheres, existe uma cobrança para além de estar bem-humorada: “Tem que estar bonita, tem que estar maquiada, tem que estar bem-vestida [...] Várias cobranças que não são feitas aos homens”. NO.08 (24 anos, alagoana, branca) relata: “As pessoas analisam tudo que faço: meu cabelo, como me visto, meu tênis, meus óculos [...] Tenho certeza

absoluta de que meus colegas parlamentares não passam por esses questionamentos”. SU.10 (50 anos, mineira, parda), por sua vez, conta: “Já tive uma colega que chegou para mim e perguntou se eu não: “você não usa batom, não? [...] você precisa, como mulher, se arrumar, se maquiar, para não parecer desleixada, para não parecer um sapatão, para mostrar que você vale pela aparência, né?”.

A imagem das mulheres foi instituída de forma diferente da imagem masculina na sociedade, representando significados políticos e históricos divergentes (Moreira, 2021). O ambiente político constituiu um padrão de formalidade sob uma visão masculina, o que faz com que as mulheres que atuam nesse meio sejam cobradas para atender a essa formalidade, ao mesmo tempo que são pressionadas a assumir sua feminilidade e atender aos padrões estéticos dominantes.

A demanda por um padrão determinado por cabelo, roupa e maquiagem demarca o privilégio masculino no lugar público e desmerece o trabalho das mulheres, colocando suas competências, seus desempenhos e suas conquistas em segundo plano. Além disso, a não aderência de uma candidata ao padrão estético pode gerar mais reações negativas do que uma conduta considerada errada de um candidato homem.

4.1.2. Dúvida sobre a competência profissional da mulher

As entrevistadas descrevem uma cultura de questionamento sobre a desenvoltura e os conhecimentos como indivíduos públicos. “A nossa presença é muito questionada, né?” (NO.04 – 25 anos, potinguar, negra). SU.01 (32 anos, capixaba, parda) exemplifica alguns questionamentos: “Será que ela chegou lá porque dormiu com alguém, porque está dando para alguém, porque fez isto ou aquilo?”. A participante NO.03 (31 anos, maranhense, negra) explica que as mulheres acabam “sendo questionadas por acharem que elas não têm capacidade de estar ali”. NO.11 (41 anos, paraibana, negra) relata: “A gente está na tribuna e eles duvidam do que a gente está falando, perguntam um ao outro se é sério o que estamos dizendo”.

NO.08 (24 anos, alagoana, branca) diz: “Eu era muito questionada sobre meu conhecimento, sobre se eu sabia o que estava falando. Era algo muito engraçado, porque os meus colegas vereadores não notavam nem que eles me questionavam, né?”. A participante também conta que a cultura é tão enraizada que seus colegas nem percebiam a quantidade de vezes que a interrompiam, de modo que se sentiu obrigada a gravar e exibir aos seus pares os inúmeros questionamentos realizados durante seus pronunciamentos.

Krook e Sanín (2016) descrevem essas tentativas de questionar e anular a presença das mulheres em cargos políticos como violências simbólicas. Essa violência simbólica busca deslegitimá-las por meio de estereótipos de gênero que questionam suas competências políticas. As autoras ainda reforçam que, em vez de serem vistas como discriminatórias, essas violências, muitas vezes, são entendidas como “o custo de fazer política”, enquanto o tratamento desigual dado a homens e mulheres é visto como normal.

Essas violências são culturalmente enraizadas, fazendo com que essas ações sejam naturalizadas e dificilmente percebidas, mas assumindo um papel determinante na ação de estabelecer a hierarquia social entre homens e mulheres. Resultados semelhantes de questionamento sobre os conhecimentos e as capacidades das mulheres foram encontrados por outros estudos com mulheres na política (Carniel et al., 2018; Fernandes & Lourenço, 2023) e identificados em outros ambientes tradicionalmente masculinos, como a área de tecnologia (Grangeiro & Gomes, 2023; Mota-Santos et al., 2014).

4.1.3. Cultura violenta (*ambiente físico e virtual*)

As mulheres entrevistadas evidenciam que a violência de gênero faz parte da cultura política e atua como uma reação à presença feminina, buscando constantemente reafirmar que esse espaço não lhes pertence. Essa violência se manifesta de diversas formas, desde situações do processo eleitoral, cotidiano, do parlamento, até redes sociais e outros canais de comunicação. Como declara a NO.04 (25 anos, potiguar, negra): “A violência política de gênero não é coincidência. Os meses em que mais tivemos violência política de gênero detectada terem sido justamente aqueles após os processos eleitorais que mais elegeram mulheres não é coincidência. A violência política de gênero é uma reação à nossa entrada.” NO.15 (43 anos, bahiana, negra) diz: “Violência é um espaço naturalizado para as mulheres na política. A gente convive com isso todos os dias, porque os espaços em que estamos estão organizados e estruturados a partir dessas opressões”.

Em consonância, NO.01 (32 anos, cearense, negra) afirma que as mulheres, “quando entram no espaço da política formal, elas são gritadas, elas são desmerecidas e amedrontadas”. NO.08 (24 anos, alagoana, branca) conta que ainda só não sofreu “ameaças de estupro nem de morte”, mas que, de resto, já passou por experiências bem dolorosas, que a fizeram questionar se aguentaria estar naquele local. SU.20 (33 anos, paulista, negra) diz: “Infelizmente, a prática da violência política contra as mulheres hoje é muito comum. Não é normal, pois a gente não pode normalizar absurdos, mas é muito comum, e sinto dizer que é muito difícil”.

Campos (2019) salienta que essa cultura violenta, que visa afastar as mulheres dos espaços políticos, pode ser entendida pela percepção de ameaça da ocupação de um espaço tradicionalmente masculino. Assim, os homens hegemônicos, que ocupam a vasta maioria dos cargos políticos, podem usar a violência para manter a política sob domínio masculino (Bardall et al., 2020).

Abade e Freitas (2023) confirmam que os sistemas democráticos contemporâneos não conseguiram erradicar a violência política estrutural, que serve como forma de silenciar e impedir as conquistas de transformação dos grupos tradicionalmente excluídos dos espaços de poder. Na mesma linha, Bardall et al. (2020) afirmam que a violência política generalizada prejudica não somente as mulheres, mas também homens que não atendem ao padrão hegemônico, ou seja, que não reproduzem o comportamento valorizado no contexto político.

Ao contrário de outros contextos profissionais masculinos, as entrevistadas citam como veículos de comunicação, mídias e redes sociais refletem a cultura violenta de expor as mulheres a situações negativas. SU.07 (34 anos, mineira, branca) ressalta que seus dados pessoais foram vazados e que percebe a frequência de um grupo de pessoas que comentam em suas redes sociais: “Meu nome rodou, meu telefone pessoal, meus e-mails, o telefone do meu gabinete, fotos minhas. [...] Todos os meus posts [...] tinha comentários massivos assim, coordenados mesmo”. NO.18 (48 anos, pernambucana, negra) afirma: “Cheguei a receber ameaças pelas redes sociais, inclusive contra minha própria vida.”

SU.15 (42 anos, capixaba, branca) também fala sobre a violência virtual: “Já recebi xingamentos e mensagens ofensivas que eu já recebi, né? “Se eu te pegar na rua, não sei o que que eu faço com você”. As pessoas me xingam, me chamando de vagabunda, burra [...] É rotineiro, né? [...] ofensas sexuais pra mulher. Isso é preocupante, né? Ela é sexual, ela é violenta (SU.15)”.

Nesse contexto, a internet e os demais meios de comunicação ocupam um espaço central na perpetuação de expressões de ódio, agressões e violências simbólicas para as mulheres. Carniel et al. (2018) identificam e apontam como o humor nas redes sociais atua como instrumento de

despersonalização ou invisibilização, humilhação ou ridicularização, objetificação ou sexualização e agressão ou violência contra as mulheres no contexto político.

Ademais, práticas de notícias falsas também são citadas pelas entrevistadas. NO.17 (43 anos, piauiense, parda) relata: “Fui vítima de uma *fake news* que pesou bastante na minha campanha”. “Parlamentares me acusam de várias *fake news*, que eu tenho que gritar e ir para frente. [...]. Há vídeos e matérias sobre mim. Já até saí no UOL numa matéria sobre perseguição política.” Fernandes et al. (2021) nos ajudam a compreender os ataques de ódio, agressões e *fake news* dos quais as mulheres são alvo. Essas agressões podem ser entendidas como uma reação (*backlash*) de membros da sociedade e colegas de partido fixados em papéis tradicionais de gênero e que, de forma consciente ou inconsciente, acreditam que elas violam os comportamentos de gênero defendidos pelo patriarcado.

Araújo e Borges (2013) salientam que as campanhas de sucesso podem estar ligadas à trajetória política e às redes sociais nas quais essas mulheres estão inseridas. Dessa forma, considerando que a internet, os meios de comunicação virtuais e as redes sociais são determinantes para carreira política, nossos resultados realçam a necessidade urgente de políticas de combate e punição às *fake news* e outras violência virtuais, a fim de evitar que mulheres adoçam ou se desviem das instituições políticas.

4.2. Medidas partidárias de exclusão das mulheres

4.2.1. A política: um espaço construído por homens e para homens

Os resultados deste estudo apontam que a falta de paridade de gênero na política é perpetuada por barreiras que reforçam o espaço político como masculino e que as mulheres não pertencem a esse ambiente. NO.15 (43 anos, bahiana, negra) conta: “Os partidos são majoritariamente pensados e organizados por homens. Nós, mulheres, ainda somos vistas como subservientes, mesmo que isso não seja verbalizado”. SU.19 (34 anos, fluminense, negra) diz que a “política institucional nunca é pensada para mulheres”.

A dificuldade de reconhecer o espaço político como local para as mulheres reforça como a inserção feminina na política brasileira foi e ainda é marcada por um movimento de luta delas (Campos, 2019). Não reconhecer o espaço político para mulheres está enraizado na construção social que determina que certos espaços e atividades são específicos para homens, naturalizando a ausência das mulheres no contexto político (Biroli & Quintela, 2021). Essa naturalização, aliada à falta de incentivo à participação feminina, dificulta o interesse das mulheres pela política e sua inserção nesse meio. Isso ocorre porque construir trajetórias públicas em espaços sociais e institucionais é uma das formas fundamentais de acumular capitais prévios para futuras candidaturas e aumenta o potencial de elegibilidade (Araújo & Borges, 2013).

NO.04 (25 anos, potiguar, negra) evidencia que os “parlamentos naturalizavam a inexistência de mulheres dentro deles, por mais que fossem a casa de representação do povo”. SU.10 (50 anos, mineira, parda) conta que já ouviu na Câmara que as mulheres estão invadindo o espaço, “como se fosse um espaço de homens”. Em concordância, SU.06 (52 anos, paulista, negra) declara: “É um espaço histórica e culturalmente organizado para não haver mulheres. A todo momento, cotidianamente, estão nos dizem que *a gente não tem que ocupar esse lugar*”.

NO.11 (41 anos, paraibana, negra) cita um ponto que deixa claro a sub-representatividade das mulheres na política: “O espaço da política não é pensado por e para as mulheres. A gente encontra

muita dificuldade de movimentação, A outra, é que todo o ritualismo favorece os homens.” Essa disparidade histórica é corroborada por Miguel e Biroli (2015), que apontam que, por um longo período, as mulheres não participaram das decisões sobre leis e políticas públicas, inclusive aquelas direcionadas a elas, sendo tais decisões tomadas exclusivamente por homens.

4.2.2. *Impasses velados*

Nosso estudo denuncia, a partir das vozes de nossas participantes, os mecanismos utilizados pelos próprios partidos para desfavorecer as candidaturas femininas. A maneira como eles definem sua formação e suas estratégias influencia de modo direto e indireto na exclusão de candidatas e oferece benefícios aos homens. A participante NO.01 (32 anos, cearense, negra) conta: “Eu me candidatei e vi criarem uma faixa etária para favorecer uma única pessoa, um homem, dizendo que eu não tinha capital político e social como ele. Por isso, acabei recebendo menos de que ele.” Outra situação é mencionada por SU.07 (34 anos, mineira, branca): “Sofri uma perseguição na minha campanha por parte de homens do partido que eram candidatos e uma omissão por parte dos diretores do partido.”

Waylen (2014) explica como as instituições informais, compreendidas pelas regras socialmente partilhadas, em geral não escritas e comunicadas fora dos canais oficialmente sancionados, atuam nas interações de gênero. Essas regras informais coexistem com as formais, contudo muitas vezes passam despercebidas, reforçando o sistema de desigualdade entre os gêneros. Assim, na prática, as mulheres candidatas deparam com mecanismos informais dentro do próprio partido, frequentemente velados, dificultando a identificação de dinâmicas que estabelecem as hierarquias de gênero e a definição de estratégias para combater a desigualdade.

Souza (2018) ressalta que a falta de transparência na distribuição de verbas entre candidatos e candidatas, bem como o desvio dos recursos financeiros partidários, atuam para a manutenção da desigualdade. A alteração do destino dos recursos, em geral, é motivo para reeleição de candidatos do sexo masculino ou que tenham um capital político maior, considerando que os homens despendem aproximadamente duas vezes mais recursos dos partidos durante as campanhas (Peixoto et al., 2016).

Ao avaliar a influência do capital político entre deputadas eleitas e reeleitas, Marques et al. (2021) mostram que as mulheres reeleitas e eleitas após interrupção — um período sem ocupar a cadeira de deputada — apresentam maior relação com capital político familiar do que as recém-eleitas. Cabe reconhecer que a desigualdade financeira reforça a violência econômica, tornando o trabalho público mais difícil, desestimulante e frustrante para mulheres que estão iniciando na política (Krook & Sanín, 2016).

As participantes destacam a falta de transparência no processo de divisão e destinação dos recursos partidários, os quais visam favorecer a eleição de candidatos homens, como fala NO.17 (43 anos, piauiense, parda): “Os próprios partidos não têm muito interesse em dar espaço a mulheres. Existe ainda um diferencial muito grande, porque os incentivos partidários são sempre maiores para homens.” Diante da dificuldade de acesso aos recursos financeiros e como exemplo de resistência, NO.12 (34 anos, sergipana, negra) diz: “Tentaram tirar meus horários eleitorais, tiraram minhas inserções na TV, tiraram o dinheiro da minha candidatura pelo fundo eleitoral, mas, mesmo assim, eu disse que eu não ia desistir.”

Estudos confirmam que, para mulheres terem condições de disputar o pleito em pé de igualdade com homens, é necessário terem acesso a recursos (Sacchet, 2018; Peixoto et al., 2016). Alves

et al. (2023) destacam o papel do fundo eleitoral público no aumento do número de mulheres eleitas, mostrando que as candidatas tiveram campanhas mais bem-sucedidas e que a maior competitividade das candidaturas femininas parece ser explicada, pelo menos em parte, pelo aumento no financiamento de suas campanhas.

Além de receber menos recursos financeiros dos partidos e menor acesso às redes de articulações políticas, as participantes contam que dificilmente são escolhidas ou vistas como nomes fortes para representar os partidos. Assim, elas são afastadas das posições mais centrais, enquanto os homens são direcionados a postos mais relevantes, confirmando uma divisão sexual da política (Sanchez, 2017).

Como comenta “Todas as vezes o partido não prioriza as mulheres para serem as candidatas prioritárias da legenda, né?” (NO.03, 31 anos, maranhense, negra). “A gente sempre constrói, né? Tá fazendo as pautas, contribuindo com os debates e tal. Mas, na hora do vamos ver, a gente sabe que os nomes de escolha acabam sempre sendo outros, né?” (NO.11, 41 anos, paraibana, negra). Com opinião semelhante a NO.15 (43 anos, bahiana, negra): “Os partidos, inclusive os de esquerda, não constroem nomes femininos. Então, os nomes pensados são sempre nomes masculinos. Aqueles nomes que são construídos, que, quando estão em estratégia de governo, as ocupações dos espaços de poder naturalmente mobilizam o nome desses homens”. Ela também afirma que “são os homens que sentam para discutir as estratégias e a conjuntura política. Eles são maioria nas mesas e nas direções.”

4.2.3. Fraudes partidárias

As entrevistadas evidenciam a prática dos partidos de usar candidatas laranja para burlar a legislação das políticas afirmativas: “A disputa é desleal desde o partido. A cota só é cumprida para que homens garantam as candidaturas” (NO.06 – 48 anos, bahiana, branca). “A cota nos partidos políticos, por exemplo, seja para a composição dos diretórios, seja para eleição, muitas vezes são protocoladas para cumprir uma regra, né? Inclusive, muitas vezes, já foram denunciadas candidaturas laranja, né?” (NO.16).

NO.15 (43 anos, bahiana, negra) relata:

Garantiram as cotas, que foi importante. Avançamos para discutir financiamento, mas há vários enfrentamentos a fazer. A questão das candidaturas laranja, mesmo sendo criminalizada, ainda é uma realidade, inclusive no nosso campo de esquerda, haja vista que não são construídos quadros femininos para concorrer efetivamente nos processos eleitorais.

As mulheres também apontam como dificuldade o fato de sempre serem vistas como “puxa-votos” de colegas homens. SU.21 (23 anos, paulista, parda) afirma: “Os partidos ainda olham muitas mulheres como ideias para cumprir essas regras, sem a intenção de, necessariamente, para realmente fazer valer [...] e eleger as mulheres” SU.10 (50 anos, mineira, parda) conta que os partidos procuram colocar as mulheres que possam puxar votos, mas que não apresentem risco de ser eleitas e tomar o lugar de algum homem. Ou seja, eles buscam por mulheres que “têm menos chance, porque senão ela vai ser ameaça, né?”. A NO.12 (34 anos, sergipana, negra) compreende que “as mulheres ainda são vistas como escadas, Elas são vistas para fazer legenda. Elas são vistas para e puxar voto, para dar aquela visão [...] Visão mais romântica da política e simplesmente servir de suporte para as outras candidaturas [masculinas]”.

Além de mostrar recursos partidários para favorecer a carreira de candidatos, nosso estudo dá visibilidade e denuncia outra prática partidária que viola o direito fundamental à participação feminina na política: o uso de candidatas laranja para atender a Leis de Cotas. Essa fraude, amplamente divulgada na mídia, precisa ser discutida em trabalhos científicos, pois representa um obstáculo à participação feminina na política (Wylie et al., 2019).

Assim, mesmo que novas leis sejam implementadas com o propósito de diminuir a desigualdade de gênero e combater fraudes partidárias, tais medidas só serão eficazes se não houver jogo suficiente dentro das regras para permitir a subversão na sua promulgação (Waylen, 2014).

4.3. Consequências da violência

4.3.1. Resistência das mulheres a se inserir na política partidária

Pelo fato de a política apresentar uma estrutura que exclui a presença feminina, as entrevistadas afirmam que tiveram dificuldade para visualizar suas imagens nesse espaço e que apresentaram uma resistência pessoal para se inserir na política institucional. NO.05 (48 anos, potiguar, branca) diz: “Particularmente, nunca pensei ingressar na vida pública como detentora de mandato”. NO.11 (41 anos, paraibana, negra) vai na mesma linha: “Houve uma resistência inicial, por entender a dificuldade e acompanhar o processo de outras mulheres”.

NO.18 (48 anos, pernambucana, negra) explana: “Eu tinha uma atuação na militância do movimento, em especial de mulheres negras, mas resistia a pôr meu nome em santinho, meu rosto. Eu tinha uma resistência [...] de botar o meu rosto na rua, a reação das pessoas, a forma como elas lida com a política ou com o político” (NO.18). SU.20 (33 anos, paulista, negra), envolvida na luta pela inclusão da juventude na política, narra que as pessoas perguntavam “Porque você não é candidata?”. E eu explicava que: “não, não me via como candidata. Mas também via em mim vários dos medos que a gente tentava combater na nossa juventude, né? Que era, enfim, medo do fracasso, medo de não ter financiamento”. A NO.15 (43 anos, bahiana, negra) explica o motivo da resistência: “se alguém quisesse brigar comigo: falasse, sugerisse que eu seria candidata. Só depois, quando eu estava na eleição, entendi que a minha negativa, inconscientemente, vinha dessas escutas violentas.”

Esse dado reforça como as barreiras psicossociais e culturais, bem como as práticas partidárias excludentes, criam um afastamento das mulheres da política institucional. Essa resistência não pode ser compreendida como falta de vontade de atuar no ambiente político, tendo em vista que elas já atuavam politicamente em posições de menor destaque, como secretarias e assessorias, ou na política informal, como grupos sindicais, sociais e militância. Esse desestímulo pela política institucional reflete a naturalização das cadeiras decisórias como espaço hegemônico, o qual exerce uma forte exclusão sobre as outras identidades, ainda que elas tenham conhecimento de suas competências para ocupar esses lugares.

Além disso, essa resistência mostra como há uma internalização das normas machistas e patriarcais da sociedade, que não ensinam, não encorajam nem estimulam as mulheres a estar na política. O medo das reações adversas imposta em toda a trajetória política desempenha um papel significativo nessa resistência. Assim, os dados mostram como os desafios adicionais às mulheres dificultam o interesse e a identificação delas como representante político.

4.3.2. Adoecimento físico e psíquico

A política nacional se configura como um terreno violento e doentio para a atuação feminina. A violência de gênero política se manifesta por meio de constrangimentos físicos, psicológicos, sexuais e simbólicos, bem como por redução do tempo das trajetórias profissionais e agressões que colocam em risco a integridade física e a vida (Biroli, 2016). As entrevistadas sinalizam problemas de saúde física e mental oriundos da hostilidade diárias. Elas mencionam que há colegas optando por outros caminhos profissionais.

As entrevistadas revelam que são expostas diariamente a situações desgastantes, opressoras e prejudiciais à saúde. NO.07 (30 anos, alagoana, branca) conta que as mulheres têm de se esforçar e trabalhar cinquenta vezes mais pesado do que os homens para serem reconhecidas: “Quando falo ‘pesado’, é de cansaço mental, estresse, falta de paz interior. É mentalmente desgastante, sabe? A gente adoece para conseguir levantar uma discussão que, se fosse um homem propondo, levaria um minuto”.

NO.05 (48 anos, potiguar, branca) afirma que a cultura do espaço político “envelhece, estressa e adoece. Pra você ter ideia, eu, nesse caminho, sou relativamente nova, eu já tive dois AVCs isquêmicos, tenho prótese no coração e sofro de ansiedade. É o tempo todo, é todo mundo tomando anti-depressivo, é um negócio complicado”.

A participante NO.17 (43 anos, piauiense, parda) informa que “grande parte das mulheres saem doentes psicologicamente”. As participantes NO.01 (32 anos, cearense, negra) e SU.05 (34 anos, mineira, branca) citam como tiveram a saúde prejudicada: “Hoje estou sou medicada, faço acompanhamento psiquiátrico e psicológico. E tudo isso por conta das críticas, fora a questão de lidar com todas as questões que as pessoas colocam sobre nós” (NO.01). “Engordei 15 quilos ano passado e terminei o ano tomando remédio para dormir e remédio de dia para controlar meu o humor”, né? Então, assim, eu estava completamente desestabilizada” (SU.05).

NO.14 (36 anos, sergipana, branca) alega que suas companheiras de outros estados têm sofrido muitas violências e estão desistindo da política: “violências têm interferido inclusive no seu adoecimento mental. Na última eleição, algumas mulheres do meu partido não se candidataram porquênão tinham condição emocional, pelos enfrentamentos que elas têm feito na Câmara” Em concordância, NO.15 (43 anos, bahiana, negra) diz: “A maioria das minhas colegas e amigas está doente. E a gente não está conseguindo pensar isso: ‘o que está acontecendo com a gente?’ A gente também está normalizando esse espaço de violência e nos desumanizando.”

As violências enfrentadas pelas mulheres no contexto político são mais severas do que as encontradas em outros ambientes profissionais; trata-se de situações particulares a esse campo (Teixeira, 2022). As violências ultrapassam o limite do Parlamento e da vida pública, de modo que as mulheres deparam com problemas emocionais e físicos que podem resultar diretamente no afastamento das poucas que ocupam posições decisórias, além de desestimular outras mulheres a se interessar por esse campo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os desafios de gênero no exercício da participação feminina na política brasileira. O espaço político se apresenta como um ambiente masculino e violento, impondo barreiras à inserção feminina. As participantes afirmaram deparar com situações de intrusão em suas vidas pessoais, imposições de padrões estéticos dominantes, cultura de questionamento sobre suas capacidades, violência no ambiente físico e virtual, bem como barreiras partidárias.

Os resultados deste artigo mostram que, mesmo que as mulheres apresentem todas as habilidades e as capacidades necessárias, esbarram em impasses únicos e específicos do campo político. Percebe-se uma falta de compromisso dos partidos com a justiça de gênero, de modo que práticas ilegais e fraudes são frequentes e ficam impunes. As políticas de gênero ainda são ineficientes, o que torna o ambiente majoritariamente masculino e dificulta que outras mulheres se interessem pela carreira política.

Além das barreiras apresentadas, esta análise evidenciou e apresentou suas principais contribuições diante de duas consequências oriundas dessas violências políticas. A primeira delas é que a atual conjuntura social e partidária afasta as mulheres da arena política, ao mesmo tempo que naturaliza a ausência de suas identidades nas instâncias decisórias institucionais, dificultando que elas próprias se reconheçam como representantes. Assim, mesmo inseridas no ambiente político — grupos de militância, movimentos de bases e lutas sindicais —, em razão das experiências e do aumento da percepção de violências, elas acabam adquirindo uma falta de interesse e uma resistência à política partidária.

A segunda consequência revela que, nesse ambiente hostil da política nacional, o resultado é afastamento, altos níveis de estresse e problemas de saúde física e mental para as mulheres que atuam nesse campo. Se bem que alguns estudos na literatura já mencionem impactos emocionais e mentais nas mulheres na política, o surgimento de doenças físicas e o aumento do uso de medicamentos para lidar com o ambiente político se destacam como um resultado particular deste estudo.

Em nível teórico, este artigo contribuiu para uma compreensão melhor dos desafios enfrentados pelas mulheres no contexto político brasileiro, apresentando como as barreiras psicossociais, culturais — cobranças sociais, questionamentos e violências no ambiente físico e virtual — e partidárias — naturalização da ausência feminina e utilização de candidatas laranja — interferem e impulsionam uma sub-representação feminina na política.

No contexto prático, esta pesquisa ratifica a necessidade da representatividade feminina, visto que a ausência delas em todas as esferas da política institucionalizada dificulta a atuação e o trabalho das representantes que conseguiram alcançar cargos políticos, diminui e desestimula a inserção de novas mulheres no campo, reduz as políticas e as medidas contra as violências de gênero e empobrece a democracia, inibindo a possibilidade de que políticas públicas de primeira necessidade, como educação, saúde e segurança, contemplem as experiências fidedignas dos grupos menos representados nos parlamentos.

Subsidiada por dados empíricos, esta pesquisa validou a importância da ocupação feminina no campo político para o desenvolvimento dos direitos da mulher e questões voltadas à desigualdade social e à democracia de gênero. Além disso, os dados podem ser utilizados para o desenvolvimento de políticas de combate às discriminações de gênero, ao mesmo tempo que as mulheres podem usá-los para definir estratégias e fortalecimento dos coletivos femininos.

Os resultados podem contribuir para despertar a atenção de indivíduos, ativistas, coletivos políticos, grupos sociais e partidos políticos para alguns pontos apresentados e que são negligenciados nas discussões em espaços decisórios.

Apesar das contribuições, é necessário evidenciar algumas limitações, como o fato de o estudo não aprofundar o debate sobre interseccionalidade entre gênero e raça. Embora mais de 50% das participantes deste estudo se declarem pretas ou pardas, não foi adotado a interseccionalidade como ferramenta analítica na concepção teórica e no instrumento de coleta. Assim, reconhecendo que trajetórias e experiências são atravessadas por gênero, raça e classe, estudos futuros podem aprofundar a discussão iniciada aqui, à luz das teorias da interseccionalidade.

A delimitação territorial — regiões Sudeste e Nordeste — e a predominância de participantes de partidos de esquerda também podem ser apontadas como limitações. Para pesquisa futuras, seria interessante uma coleta de dados com delimitação territorial diferente ou que contemple todos os estados brasileiros, realizando uma análise comparativa das macrorregiões ou dos estados. Além disso, pesquisas que tenham o objetivo de avaliar as experiências e as violências das mulheres que atuam em partidos de posições de esquerda, direita e centro também seriam valiosas.

REFERÊNCIAS

- Abade, D. N., & Freitas, J. R. (2023). Violência política de gênero no sistema internacional e no ordenamento interno: o estado constitucional cooperativo sob enfoque. *Revista Direito Mackenzie*, 17(1), 1-31. <http://dx.doi.org/10.5935/2317-2622/direitomackenzie.v17n115967>
- Allen, P., & Cutts, D. (2018). Women are more likely than men to blame structural factors for women's political under-representation: evidence from 27 countries. *European Journal of Political Research*, 58(2), 465-487.
- Alves, M. V. C., Sacchet, T., & Matheus, T. (2023). O efeito do financiamento público de campanha na eleição de mulheres no Brasil. *Revista Feminismos*, 11(2), e11223017. <https://doi.org/10.9771/rf.v11i2.57749>
- Anzia, S. F., & Bernhard, R. (2022). Gender stereotyping and the electoral success of women candidates: new evidence from local elections in the United States. *British Journal of Political Science*, 52(4), 1544-1563. <https://doi.org/10.1017/S0007123421000570>
- Araújo, C. (2010a). Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao Legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Revista Estudos Feministas*, 18(2), 567-584.
- Araújo, C. (2010b). The limits of women's quotas in Brazil. *Ids Bulletin*, 41(5), 17-24.
- Araújo, C. M. D. O., & Borges, D. (2013). Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o "gênero" das candidaturas em 2010. *Revista de Sociologia e Política*, 21, 69-91.
- Bardall, G., Bjarnegård, E., & Piscopo, J. M. (2020). How is political violence gendered? Disentangling motives, forms, and impacts. *Political Studies*, 68(4), 916-935.
- Bester, G. M. (2016). A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada. *Revista Argumenta*, 25, 327-344. <https://doi.org/10.35356/argumenta.v0i25.907>
- Biroli, F. (2010). Mulheres e política nas notícias: estereótipos de gênero e competência política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 90, 45-69. <https://doi.org/10.4000/rccs.1765>
- Biroli, F. (2016). Political violence against women in Brazil: expressions and definitions. *Revista Direito e Práxis*, 7(15), 557-589.
- Biroli, F. (2018). Violence against women and reactions to gender equality in politics. *Politics & Gender*, 14(4), 681-685.
- Biroli, F., & Quintela, D. F. (2020). Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias. *Revista de Ciências Sociais*, 53, 98-115.
- Bremaeker, F. E. J. de. (2021, fevereiro). *Perfil dos prefeitos eleitos em 2020: Brasil e Regiões* (2a ed.). Observatório de Informações Municipais.
- Campbell, R., & Winters, K. (2008). Understanding men's and women's political interests: evidence from a study of gendered political attitudes. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 18(1), 53-74.
- Campos, L. F. (2019). Litígio estratégico para igualdade de gênero: o caso das verbas de campanha para mulheres candidatas. *Revista Direito e Práxis*, 10(1), 593-629.
- Carniel, F., Ruggi, L., & Ruggi, J. D. O. (2018). Gender and humor in social networks: the campaign against Dilma Rousseff in Brazil. *Opinião Pública*, 24, 523-546.
- Corley, K. G., & Gioia, D. A. (2004). Identity ambiguity and change in the wake of a corporate spin-off. *Administrative Science Quarterly*, 49(2), 173-208.
- Costa, A. P., & Navas, I. G. (2017). Da casa ao Congresso — A inserção das mulheres na política partidária: ações afirmativas para inclusão feminina nos parlamentos. *Revista Quaestio Iuris*, 10(4), 2904-2925.
- Fernandes, C., & Lourenço, M. L. (2023). Lugar de mulher é... na política: reflexões sobre micro e macroagressões de identidades. *Journal of Contemporary Administration*, 27(5), e220252. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2023220252>.por
- Fernandes, C., Lourenço, M. L., Frohlich, S., Silva, D. E. D., & Kai, F. O. (2021). Mulheres na política:

- emoções e desafios em dinâmicas institucionais complexas. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(4), 1071-1081. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200006>
- Gaskell, G. (2003). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer, & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Vozes.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.
- Gioia, D. A., Corley, K. G., & Hamilton, A. L. (2013). Seeking qualitative rigor in inductive research: Notes on the Gioia methodology. *Organizational Research Methods*, 16(1), 15-31.
- Grangeiro, R., & Gomes, M., Neto. (2023). Women startups founders: an examination through the prism of the Queen Bee Phenomenon. *Review of Business Management*, 25(3), 387-404.
- Hall, L. J., & Donaghue, N. (2013). “Nice girls don’t carry knives”: constructions of ambition in media coverage of Australia’s first female prime minister. *British Journal of Social Psychology*, 52(4), 631-647.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua* (PNAD 2021). <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2022). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2020*. <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior>
- Krook, M. L., & Sanín, J. R (2016). Género y violencia política en América Latina: conceptos, debates y soluciones. *Política y Gobierno*, 23(1), 127-162.
- Matos, M. (2020). *Mulheres e a violência política sexista: desafios à consolidação da democracia. Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias*. Editora Unicamp.
- Marques, D., Celini, T. P., & Santos, L. F. dos. (2021). Carreiras políticas de mulheres no Brasil: aprofundando o debate a partir da nova bancada feminina da câmara dos deputados (2019-2022). *Revista Feminismos*, 9(2), 24-55. <https://doi.org/10.9771/rf.v9i2.43297>
- Miguel, L. F., & Biroli, F. (2010a). Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*, 18, 653-679.
- Miguel, L. F.; Biroli, F. (2010b). A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(73), 59-76.
- Miguel, L. F., Marques, D., & Machado, C. (2015). Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, 58, 721-747.
- Miranda, A. R. A., Mafra, F. L. N., & Cappelle, M. C. A. (2012). Relações de gênero e poder: um estudo com professoras-gerentes em uma universidade pública. *Revista Administração em Diálogo*, 14(3), 110-113.
- Moreira, C. D. P. S. M., Jr. (2021). Problematizando: por que a política parecer ser um universo masculino? *Emblemas — Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais*, 18(1), 57-66.
- Mota-Santos, C. M., Tanure, B., & Carvalho, A. M. de, Neto. (2014). Mulheres executivas brasileiras: o teto de vidro em questão. *Revista Administração em Diálogo*, 16(3), 56-75.
- Nogueira, C. M. (2015). A mulher na política: um estudo sobre a participação da mulher nas eleições de 2014. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 1(1), 307-319.
- Novellino, M. S. F., & Toledo, M. L. G. (2018). As mulheres no campo político: uma análise das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras (2000-2016). *Inclusão Social*, 11(2), 67-79.
- Observatório da Violência Política e Eleitoral. (2023). *Observatório da Violência Política e Eleitoral no Brasil*. <http://giel.uniriotec.br/?file=observatorio-violencia-politica-e-eleitoral>
- Panke, L., & Iasulaitis, S. (2016). Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. *Opinião Pública*, 22, 385-417.
- Peixoto, V. M., Goulart, N. L. M., & Silva, G. T. (2016). Cotas e mulheres nas eleições legislativas de 2014. *Política & Sociedade*, 15(32), 126-144.
- Pinho, T. R. D. (2020). Debaixo do tapete: a violência política de gênero e o silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. *Revista Estudos Feministas*,

28(2), e67271. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n267271>

Sacchet, T. (2018). Why gender quotas don't work in Brazil? The role of the electoral system and political finance. *Colombia Internacional*, 95, 25-54.

Sanchez, B. R. (2017). Onde estão as mulheres na política institucional. *Cadernos Adenauer*, 18(4), 155-16

Sanín, J. R. (2022). Criminalizing violence against women in politics: innovation, diffusion, and transformation. *Politics & Gender*, 18(1), 1-32.

Schelbauer, V. G. (2020). O patriarcado, ações afirmativas e a sub-representatividade da mulher no Poder Legislativo. *Paraná Eleitoral — Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política*, 9(1) 1-21.

Silva, M. G. D., Chaves, V., & Barbosa, L. (2023). Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023). *Sociedade e Estado*, 38, 95-124.

Siqueira, C. (2022). Bancada feminina aumenta 18,2% e tem duas representantes trans. *PCD*. <https://www.camara.leg.br/noticias/911406-bancada-feminina-aumenta-182-e-tem-duas-representantes-trans/>

Sousa, L. P. D., & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30, 123-139.

Sousa, T. P. (2018). Mulher e política: a dificuldade da sub-representação no contexto brasileiro. *Estudos Eleitorais*, 13(1), 131-146.

Teixeira, M. B. M. (2022). *Elas fora do lugar? Influências e dificuldades na inserção e na atuação das mulheres deputadas federais na política no Brasil*. PUC Minas.

Teixeira, M. B. M., & Mota-Santos, C. M. (2023). Mulheres na política institucional brasileira: inserção e capital político das deputadas federais. In *Anais do 8º Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho*, São Paulo, SP, Brasil.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. Atlas.

Tribunal Superior Eleitoral (2024). *TSE Mulheres: estatísticas*. <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>

Inter-Parliamentary Union. (2023). *Women in politics*. <https://www.ipu.org/resources/publications/about-ipu/2024-03/impact-report-2023>

Waylen, G. (2014). Informal institutions, institutional change, and gender equality. *Political Research Quarterly*, 67(1), 212-223.

Wylie, K., & Santos, P. D. (2016). A law on paper only: electoral rules, parties, and the persistent underrepresentation of women in Brazilian legislatures. *Politics & Gender*, 12(3), 415-442.

Wylie, K., Santos, P. D., & Marcelino, D. (2019). Extreme non-viable candidates and quota maneuvering in Brazilian legislative elections. *Opinião Pública*, 25, 1-28.

Yang, L. K., Connolly, L., & Connolly, J. M. (2022). Is there a glass cliff in local government management? Examining the hiring and departure of women. *Public Administration Review*, 82(3), 570-584.

Manoel Bastos Gomes Neto

Doutorando e mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Pós-graduado em Gestão de Pessoas pela Universidade de São Paulo (MBA USP/Esalq); Graduado em Administração pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). E-mail: neto26bastos@gmail.com

Carolina Maria Mota Santos

Doutora e Mestre em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Professora Adjunto IV da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: cmmotasantos@gmail.com

Antônio Carvalho Neto

Doutor e Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com doutorado sanduíche no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPQ; Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: carvalhoneto@pucminas.br

Rebeca da Rocha Grangeiro

Doutora e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) com estágio doutoral em Psicologia na Universidade Paris Descartes; Professora na Universidade Paris Nanterre, no departamento de Administração Econômica e Social (AES) e pesquisadora vinculada ao Laboratório Parisiense de Psicologia Social (LAPPS). E-mail: rebeca.grangeiro@ufca.edu.br

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Manoel Bastos Gomes Neto: Conceituação (Liderança); Curadoria de dados (Liderança); Metodologia (Liderança); Administração de projeto (Igual); Validação (Liderança); Visualização (Liderança) Escrita - rascunho original (Liderança); Escrita - revisão e edição (Igual)

Carolina Maria Mota Santos: Metodologia (Suporte); Administração de projeto (Igual); Validação (Suporte); Visualização (Suporte); Escrita - revisão e edição (Suporte).

Antônio Carvalho Neto: Validação (Suporte); Visualização (Suporte); Escrita - revisão e edição (Suporte).

Rebeca da Rocha Grangeiro: Metodologia (Suporte); Validação (Suporte); Visualização (Suporte); Escrita - revisão e edição (Suporte).

DISPONIBILIDADE DE DADOS

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente devido conter informações que compromete a privacidade das participantes da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

RELATÓRIO DE REVISÃO POR PARES

O relatório de revisão por pares está disponível em <https://doi.org/10.5281/zenodo.14018245>.